

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO

Reunião do Comitê Estratégico – RCE

RCE nº 24/2021

Local: Ambiente virtual – Plataforma Microsoft Teams

Data: 15.06.2021

Horário: 10:00 às 12:00

Comitê Estratégico	Membros	Área
Diretor-Geral	HUGO PEREIRA FILHO	DIGER
Assessoria da Presidência	MARIA CECÍLIA DE SÁ ARRUDA	ASJUR
Secretários	PEDRO BRUNO TRIGUEIRO	SCR
	ORLEANES CAVALCANTI DE O. VIANA GOMES	SJU
	LORENA DE ALMEIDA MORAIS BELO	STI
	IBERÊ COMIN NUNES	SOF
	BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO	SAD
	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE	SCI
	CYNTIA MONTEIRO DANTAS TOSCANO	SGP
Coordenadoria de Eleições	THEMIS MARIA CORREIA CARMO (substituindo)	COELE
Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral	ÁGUEDA ODETE GURGEL DE LIMA	COEJE

	Participantes Convidados	Área
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão	JOSÉ ROMAICO DE CARVALHO	ASPEG
Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial	ALINE OLIVEIRA MARTINS	ASCOM
Assessoria da Diretoria-Geral	RAFAEL VERAS PAZ	ASDIR
Representante dos Cartórios Eleitorais	AFRÂNIO AGUIAR VASCONCELOS	80ªZE
Seção de Assistência Médica e Odontológica	KLEIRTON IBIAPINA ALVES	SAMED
Seção de Assistência Médica e Odontológica	JOSELIA MARIA VIANA SOUZA	SAMED
Seção de Assistência Médica e Odontológica	ANTONIO CLODOALDO P. B. MARTINS	SAMED

Pauta:

1. PAD 8414/2021: 22º Informe Epidemiológico

Deliberações	Área Resp.	Prazo
O Comitê ficou ciente do 22º Informe Epidemiológico.	SAMED	Imediato

2. DEMANDAS CGO

Deliberações	Área Resp.	Prazo
O Comitê ficou ciente dos encaminhamentos da última reunião do Comitê Gestor Operacional, nos seguintes termos: Eleições suplementares <ul style="list-style-type: none">➤ Consulta aos juízos eleitorais da 25ª e 59ª ZE para informarem a situação epidemiológica dos respectivos municípios;➤ Expedição de normativo que vise a restringir/coibir possíveis aglomerações durante a campanha eleitoral Retorno das atividades presenciais <ul style="list-style-type: none">➤ Decretos estaduais – trabalho remoto e atividades essenciais	Conforme deliberações	Imediato

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Situação epidemiológica de baixo risco ➤ Percentual mínimo de 75% da população vacinada ➤ Preservação dos servidores em grupo de risco <p>Terceirizados</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Quantitativo relacionado ao total de servidores em atividade presencial; <p>Deliberações: em relação às eleições suplementares, o Comitê manifestou-se favoravelmente à consulta aos juízes eleitorais da 25ª e 59ª Zona eleitoral para prestarem informações sobre a situação epidemiológica dos municípios onde ocorrerão eleições suplementares, sugerindo a expedição a expedição dos ofícios pela SCR. Com relação ao normativo proposto, a demanda já está contemplada nas resoluções que dispõem sobre as eleições suplementares nos respectivos dispositivos que fazem alusão à Resolução TRE-CE nº 789/2020.</p> <p>Relativamente ao retorno das atividades presenciais, o Comitê confirmou observação dos decretos estaduais, inclusive em relação à essencialidade dos serviços, ressalvadas as situações excepcionais que exijam o desempenho das atividades em regime presencial de trabalho. Para o funcionamento das unidades, considera-se a classificação epidemiológica dos municípios, não deixando de considerar a prestação de serviço por outros órgãos públicos. Quanto ao regime excepcional de trabalho presencial dos servidores, ouvidas as considerações da SAMED, bem como as diversas considerações dos gestores, o Comitê entende que aos servidores do grupo de risco é assegurado o dever de proteção, nos termos dos decretos estaduais de combate à pandemia, como o disposto no art.1º, §2º, inc. IX do Decreto Estadual n. 34.103/2021. Ao mesmo tempo, os servidores, incluídos os que possuem acima de 60 (sessenta) anos de idade ou com fatores de riscos da COVID-19, poderão retornar às atividades presenciais desde que decorridas três semanas após a aplicação da segunda dose da vacina, conforme art.1º, §2º, inc. VII, e art. 17 do Decreto Estadual n. 34.103/2021.</p> <p>Quanto aos terceirizados, o Comitê deliberou pelo retorno dos colaboradores em todas as unidades do TRE-CE, com flexibilização de horário, a partir da próxima segunda-feira, 21.06. Assim, a jornada de trabalho a ser cumprida será, preferencialmente, de 9 às 16h, podendo esta ser modificada em razão de determinações outras dos decretos estaduais de combate à pandemia. Casos excepcionais deverão ser comunicados ao NCT por meio de PAD específico e, em seguida, serão submetidos à apreciação deste Comitê.</p>		

3. PAD 2593/2021: Sugestão de melhorias na gestão

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>A SGP considerou sobre a proposta de formação de grupo de trabalho para tratar da viabilidade da prática no TRE-CE apresentou nova sugestão de encaminhamentos para atendimento da demanda. De acordo com a nova proposta, em linhas gerais, o cadastro ficaria sob a responsabilidade de cada zona, tendo em vista que o cadastramento do servidor interessado em ser requisitado pela Justiça Eleitoral do Ceará seria uma etapa anterior à formalização do processo de requisição.</p> <p>Deliberações: ouvidas as manifestações dos gestores, o Comitê entendeu</p>	DIFOR SGP	Imediato

Deliberações	Área Resp.	Prazo
ser viável a implantação da prática no TRE-CE e deliberou que o cadastramento de servidores com interesse de serem requisitados por esta Justiça Eleitoral deve ficar a cargo da Diretoria do Fórum Eleitoral de Fortaleza, como projeto-piloto, com o apoio do Tribunal. O Comitê firmou entendimento de que o cadastramento proposto não pressupõe ações de prospecção de servidores, mas meramente a formação de banco de dados de servidores com interesse em prestar serviço no TRE-CE. Nesse sentido, a SGP ficará responsável pela elaboração e publicação de edital. O cadastramento dos interessados e gerenciamento do banco de dados ficará a cargo da DIFOR, que, com o apoio da SGP, formalizará modelo de cadastro e definição de critérios para a lotação dos servidores que eventualmente venham a ser requisitados, o que deve ser feito também com a participação das zonas eleitorais da capital. A ASCOM ficará responsável pelas ações de comunicação para dar amplo conhecimento da adoção da prática.		

4. PAD 8219/2021: Resolução CNJ nº345/2020. Cumprdec nº 0008831-66.2020.2.00.0000 CNJ. Juízo 100% Digital

Deliberações	Área Resp.	Prazo
A STI considerou sobre o pedido de revisão da deliberação deste Comitê em 23ª Reunião de 2021, apresentando os argumentos consignados no doc. 88532/2021. Deliberação: o Comitê refluíu da deliberação anterior, devendo o PAD ser encaminhado à SJU para indicação de servidor.	SJU	Imediato

EXTRA-PAUTA:

5. Horas extras

Deliberações	Área Resp.	Prazo
A SGP informou o envio ao CNJ de cinco processos relativos a horas extras referentes a exercício anterior, três dos quais foram devolvidos não tendo conhecido do pedido. Com relação às horas extras de janeiro e fevereiro/2021, a SGP informou que a SECOF está fazendo os cálculos. Os demais processos de horas extras da eleição de 2020, referentes à diferença de 60 para 90h, estão na SEPAG para o cálculo dos ajustes. A depender do valor, o processo será enviado ao CNJ para autorização de pagamento. Deliberação: os processos devolvidos pelo CNJ serão reenviados após manifestação do Tribunal nos termos apresentados pelo Conselho. A SGP encaminhará os PADs para a DIGER para as providências necessárias.	SGP	Imediato

6. Implantação do SEI

Deliberações	Área Resp.	Prazo
A SAD informou a realização de reunião da Comissão de Implantação do SEI na última sexta-feira, 11.06. Apresentou, em linhas gerais, os assuntos tratados e destacou o encaminhamento relacionado à propositura de alteração da Resolução TRE-CE nº 806/2021 relativamente aos prazos de implantação do novo sistema de procedimentos administrativos e os limites	SAD/COAPA STI	Imediato

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>de uso do PAD, em razão de informações prestadas pela STI quanto à possibilidade ou não de disponibilizar o SEI na data atualmente prevista de 1º de julho.</p> <p>A STI observou que a possibilidade de não implantar o SEI até a data prevista está principalmente relacionada à necessidade de realização de testes de segurança em relação à disponibilização do sistema na internet.</p> <p>Em seguida, relatou ter entrado em contato com o TRF 4 para tratar sobre ofício enviado àquele Tribunal, solicitando a disponibilização da versão 4.0 do SEI e respectivos códigos-fontes. Destacou a orientação de renovação do ofício de acordo com as especificações apresentadas pela representante do TRF 4.</p> <p>Deliberação: A SAD/COAPA providenciará minuta de resolução alteradora da Resolução TRE-CE nº 806/2021 em relação aos prazos de implantação do SEI e de continuidade de uso do PAD, ouvida, para tanto, a STI.</p>		

8. INFORMES

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>A ASPEG informou ao Comitê a previsão de apresentação das seguintes entregas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Prêmio CNJ: projeção de resultados – RCE de 29 de junho ➤ Planilha de demandas – RCE de 29 de junho 	ASPEG	Imediato

Assinam eletronicamente:

HUGO PEREIRA FILHO
DIGER

MARIA CECÍLIA DE SÁ ARRUDA
ASJUR

PEDRO BRUNO TRIGUEIRO
SCR

ORLEANES CAVALCANTI DE O. VIANA GOMES
SJU

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SCI

CYNTIA MONTEIRO DANTAS TOSCANO
SGP

LORENA DE ALMEIDA MORAIS BELO
STI

IBERÊ COMIN NUNES
SOF

BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO
SAD

THEMIS MARIA CORREIA CARMO
COELE

ÁGUEDA ODETE GURGEL DE LIMA
COEJE